

PROCESSO N° -----
CONTRATO N° -----
SERVIDORA MAT. N° -----

CONTRATO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRE (EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO), BEM COMO O ENCAMINHAMENTO DE USUÁRIOS AO DESTINO FINAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**, ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DO **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS** E A EMPRESA -----
-----NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE:

O **MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Nirson Carneiro Lobo, 34, Centro, Luziânia, Estado de Goiás, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, regularmente inscrito no CNPJ n° 17.257.474/0001-16, com sede na Rua Coronel Antônio Carneiro, n° 338, Centro, Luziânia/GO, CEP: 72.800-200 neste ato representado por seu gestor (Portaria n° 09/2023), o senhor **SEBASTIÃO DONIZAR DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n° 965173, expedida pela SSP/DF e do CPF n° 341.702.781-00 residente e domiciliado na QD 56, N° 18, APT 506 BLOCO B, Edifício ILHA BELA, setor central GAMA/DF, CEP: 724.055-60.

CONTRATADA:

A empresa ----- **LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° -----, com sede na ----- Luziânia/GO, CEP: -----, neste ato representada por seu Titular, o Senhor (a) -----, brasileiro (a), casado (a), **gerente comercial**, portador (A) da Carteira de Identidade n° -----, expedida pela SSP/--- e do CPF n° -----, residente e domiciliado na Rua ----- Quadra -----, Lote -----, , bairro-----, Luziânia –GO, CEP: -----.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL DO PRESENTE CONTRATO:

O presente Contrato rege-se pelas normas estabelecidas pela Lei Federal n° 14.133/2021, e suas alterações posteriores, bem como pelo **Processo Licitatório n° -----** na modalidade -----

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Contratação de empresa visando o fornecimento de passagens terrestre (emissão, marcação, remarcação e cancelamento), bem como o encaminhamento de usuários ao destino final

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, até o 30° (TRIGÉSIMO) dia útil do mês subsequente à entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa devidamente atestada, acompanhada dos comprovantes impressos de regularidade com o INSS e FGTS, e sob liberação do Controle Interno.

Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

Compete ao **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento do material, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo Controle Interno;
- b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** através de servidor designado para este fim;
- c) Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam os itens licitados;
- d) Solicitar a substituição do item que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- f) Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos adquiridos;
- g) Fiscalizar a entrega dos itens, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas no TR.
- h) Observar os prazos de recebimento e aplicar as sanções previstas no TR.

Compete à **CONTRATADA**:

- a) Dar cumprimento integral ao estabelecido no Termo de Referência;
- b) Fornecer sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados;
- c) Fornecer os produtos de acordo com as especificações e quantidades conforme especificado no TR;
- d) Fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido no presente TR;
- e) Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;
- f) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da **CONTRATADA** ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outros sim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES:

O presente Contrato Terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, ou seja,

CLÁUSULA SEXTA- DO FISCAL DO CONTRATO:

O **CONTRATANTE** nomeia através da Portaria nº 03, de 13 de fevereiro de 2025, a servidora **JANE ANA RORIZ DE SOUZA SILVA**, portador do **CPF nº 791.153.731-34**, para função de fiscal do Contrato para coordenar a execução do objeto contratado, **bem como acompanhar a vigência do contrato** e prestar todas as informações cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente do presente contrato é de R\$ -----(-----
-----) empenhada sob as Dotações Orçamentárias abaixo, autorizadas pela Lei nº Lei nº 14.133/2021.

- R\$

Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa;

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- E demais penalidades descritas neste artigo.

Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV Capítulo XI da Lei nº 14.133/2021.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Unidade Requisitante, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Luziânia poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, sendo que esta última poderá ser descontada dos pagamentos a ser efetuados.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

Encampa como casos de rescisão do presente instrumento, o disposto nos artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca de Luziânia, Estado de Goiás, para dirimir as questões resultantes do presente contrato de prestação de serviços, com renúncia de qualquer outro.

E, por assim estarem ajustados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, acompanhados de 02 (duas) testemunhas, sendo o presente feito publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal de Luziânia.

Luziânia/GO, ----- 2025.

SEBASTIÃO DONIZAR DA SILVA
Pelo Contratante

Pela Contratada

JANE ANA RORIZ DE SOUZA SILVA
Fiscal do Contrato

Testemunhas:
